

## ATA NÚMERO 73

### ATA DA II SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DOZE, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL

— Aos **vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e doze**, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a **II Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, pelas vinte horas e cinquenta minutos.

— Procedeu-se à **chamada dos autarcas**, tendo-se registado as seguintes **presenças**: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, Irina Nöel Matias Batista, Segunda Secretária da Mesa, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Sílvia Arminda Calado Frazão, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Dora Isabel Lúcio Morgado e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Bernardo António Serra Palheta e Joaquim Manuel Louro Cabeça, eleitos pelo Partido Socialista, Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda. Estiveram, também presentes, os membros natos da Assembleia, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. Os autarcas, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado e Catarina Martins de Matos, eleitos pela Coligação Democrática Unitária, comunicaram antecipadamente as suas ausências, por período inferior a trinta dias, e requereram a sua substituição, nos termos legais e regimentais aplicáveis, respetivamente, tendo sido substituídos por Fátima Vera Gameiro da Silva e Eurico Manuel da Silva Leitão, sendo que quanto a estes autarcas, a primeira esteve presente e o segundo faltou justificadamente à sessão. Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, eleito pela Coligação Democrática Unitária, fez-se substituir pelo seu substituto legal, Augusto José Ferreira Marques, o qual compareceu à sessão. Também o autarca António José Bastos de Oliveira Martinho, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, comunicou antecipadamente a sua ausência, por período inferior a trinta dias, tendo sido substituído por Miguel Barradas Messias da Silva, o qual compareceu à sessão. O mesmo verificou-se quanto à autarca Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleita pelo Partido Socialista, substituída por João Carlos Sovelas Gatinho, o qual compareceu à sessão. Registou-se a falta inicial, com comunicação prévia do atraso, do

autarca da Coligação Democrática Unitária, Paulo Jorge Custódio Pinto e as faltas justificadas de Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, eleita pelo Centro Democrático Social/Partido Popular e de Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, eleita pela Coligação Democrática Unitária. \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Mesa** verificou, assim, haver **quórum**, sendo que os trabalhos iniciaram-se na **presença de vinte e um autarcas**. \_\_\_\_\_

— E, em seguida, solicitou ao plenário a autorização para a alteração à **Ordem de Trabalhos** da presente sessão, pela **inclusão de três novos assuntos**, os quais deu a conhecer: **PROJETO DE REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO – Relatório Final – NOS TERMOS DO ARTIGO 105.º DO C.P.A. – Discussão e eventual aprovação; CONCURSOS CCE-CIMLT – CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE DADOS DE VOZ MÓVEIS – ACORDO QUADRO – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO – Discussão e eventual aprovação e PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DA TAUROMAQUIA COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL – Discussão e eventual aprovação. **O que foi aceite por consenso, implicando a renumeração da Ordem do Dia** como seguirá mais adiante na presente ata. \_\_\_\_\_**

— Após o que chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das pastas individuais**, mencionando sumariamente a correspondência remetida e expedida e pôs a mesma a consulta. \_\_\_\_\_

— Seguiu-se a **apreciação da Ata da I sessão ordinária da Assembleia Municipal, do dia vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e doze, solicitando o Presidente da Mesa, a dispensa da sua leitura, o que foi aceite. A ata foi votada e aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

— **Entrou** na sala de sessões o autarca **Paulo Jorge Custódio Pinto**, que assinando o livro de presença, passou a integrar o plenário da Assembleia, **cujos trabalhos decorreram até final com vinte e duas presenças**. \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Mesa** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, solicitando inscrições para uso da palavra e fixando que, entretanto, deveriam ser entregues na Mesa os documentos a sujeitar a votação, apresentados pelas diversas forças político-partidárias, mencionando que a sua leitura deveria ser feita por cada um dos proponentes, após as intervenções iniciais e respetivas respostas do Presidente do Executivo Municipal. \_\_\_\_\_

— Dada a palavra ao plenário, **inscreveram-se os autarcas: Hélder Agapito, Dora Morgado, Nelson Lopes, Ricardo Oliveira e Carlos Pauleta.** –

— **Hélder Agapito** interveio manifestando o seu **voto de pesar pela morte do eurodeputado português, eleito pelo Bloco de Esquerda, Miguel Portas**, conforme o documento apresentado e que é anexo à presente ata, tendo-o como reproduzido na íntegra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Dora Morgado**, na qualidade de membro da **Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente** deu a conhecer a realização de mais uma reunião, na qual se deu continuidade ao trabalho anterior, com o sentido de tornar mais interventivo e direto o papel da Comissão junto da população alvo, na sua versão alargada. Indagou o Executivo Municipal acerca do **atual ponto de situação da instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Segurança**. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Nelson Lopes** após ter saudado todos os presentes na sessão e os órgãos da comunicação social, em especial o revisor oficial de contas do município, aludiu à **sessão comemorativa do Vinte e Cinco de Abril** e à **distinção honorífica com que foi distinguida a autarca da Assembleia, Sílvia Frazão, a Medalha de Honra do Município, Grau Ouro**, por trinta anos de trabalho e dedicação extraordinários à vida coletiva municipal, constituindo um exemplo de humildade, nunca tendo como ambição os cargos políticos que encabeçou, por si mesmos, mas sim o servir desinteressadamente o interesse público e as gentes, tal como evidencia o seu atual lugar no plenário do órgão deliberativo municipal, na bancada da Coligação Democrática Unitária. Depois, referiu-se a **Miguel Portas** e disse que estava inteiramente de acordo com a intervenção de Hélder Agapito, afirmando que Miguel Portas é um exemplo de que a vida das pessoas não tem partidos políticos, tendo sido um combatente dentro da própria casa, desde tenra idade, no seio de uma família maioritariamente de direita, emancipou-se política e intelectualmente e deixou um trabalho valiosíssimo em todos os âmbitos da sua intervenção social, tendo morrido com um sorriso no rosto e granjeado o reconhecimento público do seu valor como ser humano em todos os quadrantes políticos, incluso pelo Presidente do Parlamento Europeu que disse ter menosprezado o seu valor efetivo. Lamentou não ter merecido uma referência em sede da sessão solene do Vinte e Cinco de Abril no município. Reportou-se à situação das obras na **Ponte Dona Amélia** entre Muge e Valada do Ribatejo, manifestando que o seu corte causa prejuízos sérios também aos munícipes de Benavente, destacando a posição de coragem assumida pela Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, contrariando as imposições legais decorrentes da Lei dos Compromissos, e afirmando que vai avançar com a obra, entendendo que deve ser pressionada uma decisão política solene sobre a situação pelas entidades públicas competentes. Afirmou que as últimas notícias públicas sobre a empresa **MARTIFER** vieram confirmar as preocupações manifestadas e

assumidas antes pela Assembleia Municipal, confirmando o cenário vaticinado pela Coligação Democrática Unitária e traduzido em moção votada antes, e que gostaria de puder dar razão, hoje, ao autarca Ricardo Oliveira quanto à sua intervenção em anterior sessão, mas perante a realidade, o não consegue, cuja opinião atual será certamente distinta da que então exteriorizou, confirmando-se os despedimentos encapotados que colocaram muitos trabalhadores em situações de vida muito complicadas. Deu a conhecer o anunciado encerramento de uma outra empresa, na freguesia de Samora Correia, a **PAVILIS**, com sérias consequências negativas junto de todas as empresas suas satélites estando em causa dezenas de postos de trabalho e de pessoas, comunicou o *lay-off* no **JOÃO DE DEUS & FILHOS**, unidade económica colocada em situação difícil pela conjuntura económica atual, manifestou séria preocupação pelo **desemprego crescente no comércio tradicional local**, exigindo atitude alerta e de denúncia dos dramas sociais vivenciados pelas pessoas que necessitam de apoio social municipal, em estreita articulação com as instituições particulares de solidariedade social, na continuação do seu excelente trabalho. Insistiu na necessidade de se pressionar para uma solução concreta junto ao **entroncamento entre o Vale Tripeiro a Estrada Nacional 118, em Benavente**, por formar a evitarem-se os graves acidentes rodoviários que quase semanalmente se verificam, alertando para a premência da recolocação de um sinal de “STOP” que foi derrubado e ainda não repostos. Alertou, também, para a necessidade de resolução da **situação de trânsito problemática que ocorre junto ao estaleiro municipal de Benavente**, no que se deve insistir.

— **Ricardo Oliveira**, em nome dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, endereçou as **felicitações à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia e ao respetivo Corpo de Bombeiros e a todos que estiveram envolvidos, pela conclusão e inauguração da obra do seu novo quartel** que visitou, considerando-o como um bom projeto que melhor servirá a população de Samora Correia, Benavente e de outras localidades que precisarem dos seus serviços meritórios. Reportou-se à **distinção honorífica municipal da autarca Sílvia Frazão** e afirmou que, independentemente das diferenças de ideologias políticas, reconhece o trabalho sério da autarca ao serviço das populações locais e que é de gente séria que todos os quadrantes políticos necessitam, associando-se à justificação de tal distinção.

— **Carlos Pauleta** reportou os **trabalhos mais recentes da Comissão Permanente da Assembleia, de Edificação, Urbanismo, Trânsito, Toponímia, Proteção Civil, Segurança Pública e Administração Judiciária**, especialmente incidentes sobre a **Reforma Judiciária** em curso, explicitando

os seus principais reflexos no município, afirmando estar previsto que o tribunal de Benavente perca valências, obrigando a deslocações a Santarém, bem como a Tomar e ou a Abrantes, que passará a ter dois juizes em vez dos atuais três juizes, tudo implicando uma justiça mais longe das pessoas, obrigando as deslocações, afirmando-se como uma justiça elitista, de classe. Sublinhou ter-se abordado a temática numa primeira reunião e que a Comissão voltará à sua discussão assim que existir nova informação relevante, sendo que dará conta ao plenário do seu trabalho. \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Mesa da Assembleia**, a este passo, informou ter recebido comunicação da Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, justificando a sua ausência na sessão por motivos relativos à sua saúde. \_\_\_\_\_

— **Foi, então, dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções dos autarcas.** \_\_\_\_\_

— Sobre as palavras pronunciadas sobre **Miguel Portas** e a sua recente morte, quis homenageá-lo, afirmando que com ele trabalhou, foi seu camarada no Partido Comunista Português, devendo-lhe respeito e consideração pessoais, porque apesar de a dado momento da vida terem divergido politicamente, tiveram um percurso comum, reconhecendo as evidentes qualidades de Miguel Portas como homem, como intelectual e como resistente, pessoa que teve sempre um norte na sua vida, nunca dispensando os valores nos quais acreditou. Afirmou-o como um Homem da Democracia e da Resistência e que teve sempre um sonho de vida e um projeto de futuro pelo qual lutou até ao dia da sua morte. \_\_\_\_\_

— Acerca das necessárias obras na **Ponte Dona Amélia** disse desconhecer o acordo entre as entidades públicas competentes, desconhecendo a quem incumbe a sua conservação e presumindo-a caber aos dois municípios que a infraestrutura serve e que admite que só os constrangimentos impostos pela Lei dos Compromissos aos municípios está a impedir a concretização das urgentes obras que lhe parecem não serem de elevada monta. Reconheceu a coragem e a determinação da pública tomada de posição da Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, acreditando que ninguém a vai julgar por tal e que, caso contrário, terá, seguramente, ao seu lado aqueles a quem cumpre servir o interesse público e as populações locais. \_\_\_\_\_

— Em resposta aos reportados **encerramentos de empresas empregadoras e às dificuldades sentidas pelas mesmas**, afirmou que o cenário traçado é conhecido por todos, e que as duas empresas citadas estando especialmente vocacionadas para algumas das grandes obras públicas nacionais foram afetadas pelas decisões políticas centrais que implicaram a sua paragem, e, por seu turno, verificam-se impactos negativos na vida coletiva local, lamentando as situações verificadas. Disse acreditar que

a situação estratégica privilegiada do município, assim que passe a crise económica atual, constitua fator atrativo do investimento nacional e estrangeiro, mantendo-se uma estrutura empresarial diversificada, evitando-se transformar o município em mais um dos dormitórios da grande capital nacional. —————

— Reportando-se ao **entroncamento do Vale Tripeiro com a Estrada Nacional 118** disse que o local deveria constituir um ponto negro e assim ser uma prioridade a concretização do projeto de construção de uma rotunda e de melhoria da sinalização vertical de trânsito. Disse estar prevista a construção de uma rotunda no local, prevendo a construção de uma circular externa a Benavente, possibilitando aos habitantes da Vila das Areias, mais facilmente, dirigirem-se ao Porto, a Vila Franca de Xira, etc. Relembrou que todos têm que consciencializar que a política de paragem das obras públicas vigente tem por efeito limitar a atuação da Estradas de Portugal e de outras empresas públicas que tinham planos de investimentos, prejudicados pela atual conjuntura económica. —————

— Afirmou que toda a gente passa por **tempos difíceis**, havendo mais desempregados, que perdem condições de vida e empobrecem, vivenciando circunstâncias profundamente angustiantes, preocupações que certamente são comuns a todas as forças político-partidárias, devendo ser centradas todas as atenções e pensamentos nas pessoas e nos dramas por que passam. Disse que hoje é inseguro viver, independentemente da idade de cada um, o que é transversal à sociedade, verificando-se a degradação grave das condições de vida, pelo que não seriam compreensíveis os gastos em grandes obras públicas. Referiu-se às perdas que se verificam em todas as áreas da vida das pessoas, em especial e contraditoriamente, nos apoios sociais, devendo o Governo, antes, racionalizar as consequências da política de austeridade imposta injustamente aos portugueses. —————

— O **Presidente da Câmara Municipal** pronunciou-se, ainda, sobre a **Reforma Judiciária** em curso, transmitindo que ao que conhece as consequências maiores serão em termos de recursos humanos, mas que existirá a contrapartida com o serviço de novas valências, seguramente, Família e Menores e Instrução Criminal, afirmando que, no entanto, é justo o acompanhamento do assunto para que se evite a perda de serviços públicos essenciais e próximos das gentes. —————

— O **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu a reparo feito e afirmou que pensou fazer referência a **Miguel Portas** na sessão solene do Vinte e Cinco de Abril, contudo, decidiu fazê-lo na presente sede, reconhecendo-o como cronista e escritor extraordinário, concordando em grande parte com o seu pensamento, exceto sobre as questões europeístas. —————

— Teve, em seguida, lugar a **leitura de todos os documentos** feitos chegar à Mesa para discussão e votação, a saber: **1.º - Voto de Pesar Pela Morte de Miguel Portas, deputado do Parlamento Europeu, falecido dia 24 de abril, aos 53 anos**, apresentado pelo autarca do Bloco de Esquerda; **2.º - Congratulação pela presença de Diogo Ganchinho nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, garantida pela conquista da Medalha de Bronze nos Campeonatos Europeus de Trampolins**, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; **3.º - Moção sobre a Revisão do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude**, apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social/Partido Popular e do Bloco de Esquerda; **4.º - Moção de Protesto Contra a Extinção de Freguesias, em defesa do poder local democrático**, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária; **5.º - Congratulação pela presença de Diogo Ganchinho nos Jogos Olímpicos de Londres 2012**, apresentada pelos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e **6.º - Recomendação aludindo a Descentralização das reuniões da Assembleia Municipal**, apresentada pelos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. **Todos os documentos são anexos à presente ata.** —————

— O **documento 1.º foi aprovado por unanimidade**, sendo que durante o período da sua discussão **Nelson Lopes** usou da palavra para esclarecer que na sua anterior intervenção não teve a intenção de fazer qualquer reparo à Mesa, apenas tendo emitido a sua opinião pessoal, sugerindo, ainda, que o documento seja enviado ao Bloco de Esquerda e ao Parlamento Europeu. —

— O **documento 2.º não foi discutido, tendo sido aprovado por unanimidade.** —————

— Na **discussão do documento 3.º** intervieram os autarcas **Nelson Lopes e Clarisse Castanheiro**. **Nelson Lopes** anunciou que os eleitos da Coligação Democrática Unitária vão votar contra o documento, assinalando, quanto à forma, entender que o mesmo apenas pode ser subscrito pelos representantes de partidos políticos presentes na Assembleia e não por membros das suas juventudes partidárias, já que estas não têm representatividade no plenário. Mais, disse, que a Câmara Municipal de Benavente tem assumido a posição institucional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses acerca das competências legais dos órgãos consultivos em causa, aconselhando prudência na efetividade de funcionamento dos mesmos no atual contexto legal. E que a Câmara Municipal nunca negou nenhum apoio a qualquer iniciativa dos jovens locais, tratando o documento de uma falsa questão, pois que todos conhecem o apoio

incondicional do município ao associativismo local. Considerou que a lei que enquadra os Conselhos Municipais de Juventude concede-lhes uma autonomia distinta e diferenciada em face dos demais órgãos consultivos municipais legalmente previstos. O voto contra é, assim, uma posição de coerência, apoiada em parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e, assim que for revisto o enquadramento legal haverá, certamente, todo o interesse no funcionamento regular do Conselho Municipal da Juventude. **Clarisse Castanheiro** acrescentou a intervenção do autarca, esclarecendo que a alteração mais recente da disciplina legal dos Conselhos Municipais de Juventude tenta corrigir a inicial autonomia relativamente aos executivos municipais, eliminando-se a autonomia financeira, contudo, permanece a usurpação de alguns dos poderes legais das câmaras municipais, sendo que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses mantém o seu parecer que afirma a inviabilidade da implantação dos conselhos nos moldes legais previstos, o que funda o voto contra anunciado. **Posto o documento 3.º a votação foi o mesmo rejeitado, por maioria, de doze votos contra, da Coligação Democrática Unitária e dez votos a favor do Partido Socialista, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda.**

— O **documento 4.º** não foi discutido e tendo sido votado **foi aprovado por maioria, com cinco votos contra do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e dezassete votos a favor da Coligação Democrática Unitária, do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda.**

— Na **discussão do documento 5.º** interveio **Nelson Lopes**, afirmando **não fazer sentido a aprovação dos documentos 2.º e 5.º, havendo disponibilidade da Coligação Democrática Unitária para compor documento comum e único com os proponentes do presente o que foi feito, tendo sido votado e aprovado por unanimidade, implicando a retirada dos documentos originais em causa.**

— Para discutir o **documento 6.º** usaram da palavra os autarcas **Carlos Pauleta, Nelson Lopes, o Presidente do Executivo Municipal, o Presidente da Assembleia, Ricardo Oliveira, Hélder Aqapito e Augusto Marques.**

— **Carlos Pauleta** entendeu que os considerandos do documento são inaceitáveis, apesar de expressar concordância com o objetivo da descentralização das sessões dos órgãos municipais, uma vez que aqueles ignoram que as dificuldades financeiras e sociais do país e dos municípios têm responsáveis, os governantes do país. **Nelson Lopes**, em reforço da intervenção de Carlos Pauleta, afirmou que os órgãos municipais sempre ouviram todos, em atendimento público direto e de proximidade, na facilitação



do contato direto com o Presidente da Câmara Municipal e demais membros do executivo, estando os eleitos locais próximos das pessoas e que a descentralização é positiva, contudo as experiências anteriores não tiveram resultados muito positivos na participação cívica. —————

— Excepcionalmente o **Presidente da Câmara Municipal** pediu para usar da palavra e disse que o Governo determinou medidas de austeridade que implicam a quase paralisação da Câmara Municipal, e que a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia têm que entender os cortes substanciais que afetaram o município, a diminuição séria da atividade económica, o roubo da percentagem de cinco por cento da receita do Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos anos de dois mil e doze e de dois mil e treze, não crescer mais custos, mais despesa municipal. Não aceita a demagogia que afirma que a descentralização das reuniões dos órgãos municipais torna os eleitos locais mais próximos das pessoas que representam porque tal não é verdade. Apontou que todos têm que tomar consciência efetiva da seriedade da situação atual, que podem estar em risco as principais atividades municipais e afirmar quem são os culpados da atual situação do país, uma vez que considera nada dever a ninguém em termos da gestão da coisa pública. —————

— O **Presidente da Assembleia Municipal** emitiu opinião sobre a matéria em discussão, remetendo para a experiência do mandato anterior, afirmando como consensual a prática da descentralização como boa, sendo que a atual conjuntura económica impede a mesma, tal como enunciou o Presidente da Câmara Municipal, com ele concordando. —————

— Tomou novamente a palavra, **Carlos Pauleta**, que disse não tinha a consciência dos custos acrescidos associados à descentralização das sessões da Assembleia, ficando assim mais esclarecido, e afirmou que, no atual contexto, a prática só se justifica em situações em que comprovadamente hajam relevantes mais-valias. Afirmou que é a democracia local que está em risco se o funcionamento da Assembleia Municipal não puder correr plenamente, o que considerou muito grave e ser necessário consciencializar. —————

— O **Presidente da Assembleia Municipal** reportou-se aos moldes de funcionamento atual das Comissões Permanentes da Assembleia, em que a generalidade dos autarcas teve por bem prescindir do direito a senhas de presença. No que foi secundado por **Nelson Lopes**. —————

— **Ricardo Oliveira** opinou que é importante a redução de custos e assim considerou quanto à composição das Comissões Permanentes que nelas tivesse lugar apenas um representante de cada uma das forças políticas com assento no plenário da Assembleia. Afirmou que os autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata já decidiram abdicar das suas senhas de presença em tais reuniões. A proposta de descentralização centra-

se na utilidade da prática para os eleitos e para as populações. Pediu, assim, para esclarecimento, em requerimento verbal, que em tempo razoável, por correio eletrónico, fosse comunicado, a diferença entre o custo de uma sessão da Assembleia Municipal em Benavente e de uma outra a ter lugar em Samora Correia, para discussão na sessão ordinária de Junho. \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou quanto à renúncia ao recebimento das senhas de presença a que ao autarcas têm direito existir uma lei que tem que ser cumprida, afirmando que, em qualquer caso, não pode exceder o orçamento afeto ao funcionamento da Assembleia, entendendo estar em causa uma questão que não pode ser tratada de ânimo leve, cabendo fazer o seu estudo apurado. \_\_\_\_\_

— **Hélder Agapito** informou que vai abster-se na votação do presente documento, em face das explicações dadas pelo Presidente do Executivo, afirmando que não compreendeu o teor das intervenções de Carlos Pauleta, sobretudo, a segunda que ao afirmar desconhecer os custos acrescidos da descentralização se lhe afigura demagógica, já que a primeira intervenção foi em sentido oposto. \_\_\_\_\_

— **Carlos Pauleta** contrapôs e afirmou não ter feito referência qualquer a custos na sua primeira intervenção, ao que **Hélder Agapito** defendeu que a única razão que justifica o voto contra anunciado da Coligação Democrática Unitária são os custos acrescidos implicados pela descentralização. \_\_\_\_\_

— Em face da discussão havida, o autarca **Augusto Marques** propôs a retirada do documento pelos proponentes e a retoma da sua discussão na próxima sessão ordinária da Assembleia. \_\_\_\_\_

— **Ricardo Oliveira** propôs, então, a realização de um estudo que traduza a variação real dos custos entre as sessões centralizadas na sede do município e as realizadas nas diversas freguesias, a fim de fundamentadamente se discutir o assunto, esperando ter essa informação em Junho e, assim, **concordou com a proposta de retirada do ponto, o que solicitou à Mesa em nome dos proponentes. O que foi aceite pelo Presidente da Mesa que afirmou que irá requerer a elaboração do estudo à Câmara Municipal.** \_\_\_\_\_

— O **Presidente do Executivo Municipal** alertou para os constrangimentos de gestão financeira causados pela vigência da Lei dos Compromissos, informando que ontem o Conselho de Ministros aprova a sua regulamentação, e afirmou que não poderá realizar receita se não dispuser de fundos disponíveis e, nos termos da lei, querem criminalizá-lo por desrespeito de uma má lei, devendo todos os autarcas perceberem definitivamente o que está em causa. \_\_\_\_\_

— Concluídas a discussão e a votação dos vários documentos entregues à Mesa, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do**

**Público**, sendo que manifestou vontade de usar da palavra o munícipe Daniel Prata, residente de Samora Correia, que se reportou à falta de segurança rodoviária na Avenida Professor Egas Moniz, notando a falta de passadeiras, solicitando a resolução do problema e, ainda, indicou a necessidade de instalação de uma passadeira elevada após as lombas existentes junto à Urbanização dos Curralinhos, sugerindo, em tempo de contenção, a remoção destas lombas e a sua transferência para a primeira rodovia apontada. ———

— Respondeu ao munícipe interveniente o **Presidente da Câmara Municipal** saudando-o e agradecendo a sua presença e participação. Comunicou que a política nacional de austeridade económica está a beneficiar os municípios infratores, não cumpridores das normas antes vigentes, não sendo dado qualquer benefício da dúvida aos demais que tal como o município de Benavente sempre cumpriu com o que lhe foi imposto. Afirmou que a situação assinalada já está em estudo pelos competentes serviços técnicos municipais, e que assim que houver fundos disponíveis, será intervenção prioritária, informando que o vereador municipal, Miguel Cardia, irá acompanhar a solicitação feita pelo munícipe. ———

— Passou-se, então, à discussão e deliberação sobre os assuntos que integram a **Ordem do Dia** da presente sessão: ———

— **PONTO UM - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE / EXERCÍCIO DE 2011 - Apreciação, nos termos da alínea c) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei número 5-A de dois mil e dois, de onze de janeiro:** ———

— O **Presidente da Câmara Municipal** deu conta que, por maioria, ocorreu a aprovação do presente assunto na Câmara Municipal, com base no parecer do revisor oficial de contas do município, o qual afirma a subavaliação do património municipal, havendo ainda bens excluídos do inventário, sendo de se continuar no sentido de realizar melhor o trabalho difícil de inventariação. ———

— **Não houve intervenções.** ———

— **A Assembleia Municipal tomou, assim, conhecimento do inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do município de Benavente referente ao exercício do ano de dois mil e onze.**

— **PONTO DOIS - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2011 - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito**

**de setembro, na redação introduzida pela Lei número 5-A de dois mil e dois, de onze de janeiro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente do Executivo** apresentou os documentos em análise como relatório que traduz a atividade da execução orçamental e das grandes opções do plano, na concretização do investimento municipal. Afirmou que num ano extraordinariamente difícil, em que se verificou a diminuição das transferências do Orçamento de Estado, bem como de parte significativa das receitas próprias advenientes dos impostos municipais, conseguiu-se uma taxa de execução da receita que ronda dos oitenta e cinco por cento, fruto da prudência das previsões, o que não ocorreu em muitas autarquias. Disse que quanto às grandes opções do plano almejou-se uma taxa de execução de cerca de setenta e dois por cento, o que também não é comum no cenário das autarquias nacionais. Evidenciou que a única preocupação nas previsões foi não sobreavaliar as receitas municipais, para não se terem despesas sem a respetiva contrapartida. As políticas municipais alcançaram o objetivo da redução das despesas com o pessoal, das despesas relativas à contratação pública de serviços significando uma poupança entre os seiscentos e setenta e os seiscentos e noventa mil euros transferidos para a concretização do investimento municipal. Quanto ao comportamento dos impostos municipais e da sua receita indicou a precisão da previsão quanto ao Imposto Municipal Sobre Imóveis e a queda na arrecadação do Imposto Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, esta expetável em face da acentuada crise do mercado imobiliário. Assinalou quanto à receita da Derrama a surpresa do seu crescimento o que significa que o tecido empresarial local funcionou e teve lucros tributáveis em tal sede. Transmitiu que no que respeita às despesas que se podem reduzir, que os processos de aposentação antecipada apresentados pelos funcionários municipais têm-se arrastado em obediência a diretrizes governamentais na atuação da Caixa Geral de Aposentação, obrigando os municípios a suportar, por mais tempo, as respetivas remunerações, verificando-se quinze/dezasseis meses de tempo de decisão, exemplificando com a sujeição penosa de alguns doentes oncológicos a sucessivas juntas médicas que atestam a sua capacidade para o trabalho ante a evidência do contrário, entretanto ocorrendo até a morte das pessoas, o que é inaceitável, indigno, repugnante e discriminatório. Quanto à aquisição de serviços, transmitiu o esforço imenso levado a cabo que significou a poupança de milhares de litros de combustíveis, poupança quase totalmente absorvida pelo aumento dos seus custos. Significou a importância e prioridade da continuação da atuação municipal no âmbito dos apoios sociais, em estreita ligação com as instituições particulares de solidariedade social do município. Disse que em consciência o Executivo Municipal fez o que lhe foi possível, com rigor e

acompanhamento próximo da gestão financeira municipal, sendo que os documentos financeiros consideram a crise económica nacional e as respostas necessárias que têm que ser dadas aos munícipes, tendo-se cumprido no fundamental os objetivos traçados como prioritários para a intervenção da autarquia, sacrificando-se algumas obras e investimentos públicos. —————

— **Tomaram a palavra na discussão do presente ponto os seguintes autarcas: Joaquim Cabeça e Nelson Lopes.** —————

— **Joaquim Cabeça** assinalou o seguinte: 1) quanto ao balanço, na última página, indicou lapso de escrita ou de cálculo; 2) felicitou o rigor da Câmara Municipal no cumprimento do princípio do acréscimo; 3) a dificuldade do trabalho do registo do imobilizado, 4) questionou quanto à verba indicada na última folha do relatório, referente às declarações de recebimento em atraso, se é referente ao protocolo do município com a empresa Eletricidade de Portugal e ao contencioso pendente, e em que conta está registada, notando que não vislumbrou a previsão de conta para dívidas em litígio e 5) quanto às grandes opções do plano opinou que deveria aproximar-se mais dos valores do orçamento, o que potenciaria menos diferença nas taxas de execução. —————

— **Nelson Lopes** disse que vai votar favoravelmente os documentos de prestação de contas, assinalando a situação difícil por que passa a Câmara Municipal, sem sequer ter contribuído para a situação séria do país e exemplificando as diversas situações em que os últimos governos nacionais e as suas empresas públicas incumpriram os compromissos assumidos para com o município, bem como as mais recentes medidas e iniciativas legais com diretas consequências negativas na autonomia da gestão financeira municipal, como a suspensão da vigência da Lei de Finanças Locais, a Lei dos Compromissos, a retenção na “fonte” da percentagem de cinco por cento das receitas municipais do Imposto Municipal Sobre Imóveis, e, ainda, a penalização injusta do município de Benavente, sempre cumpridor e de gestão financeira responsável na sua situação relativa atual face a municípios limítrofes como Salvaterra de Magos, afetando gravemente a sua capacidade de intervenção. Evidenciou que, mesmo assim, é de louvar o alcance das significativas taxas de execução já reportadas pelo Presidente do Executivo Municipal, destacando a comparticipação municipal nas importantes obras de construção do novo quartel dos bombeiros voluntários de Samora Correia e do lar residencial do Centro de Recuperação Infantil de Benavente, e aderiu à visão que o mesmo apresentou sobre o rigor e seriedade do trabalho levado a cabo quanto à gestão corrente do município. —————

— **Foi concedida a palavra ao Presidente do Executivo Municipal para responder às intervenções, sendo que começou por solicitar que usasse da palavra o Diretor do Departamento Municipal Administrativo e**

**Financeiro, Dr. Hermínio Fonseca**, dirigente municipal que é o primeiro responsável para elaboração dos documentos em apreciação e que prestou os esclarecimentos necessários, dizendo que o modelo do documento de prestação de contas é o documento oficial e que as aplicações informáticas de base são estanques, não permitindo a inserção de uma coluna correspondente ao total do passivo, no que foi contraposto por **Joaquim Cabeça** que afirmou ter consultado documentos de outros municípios que previram o registo que assinalou estar em falta. O mesmo **dirigente municipal superior** continuou na resposta à quarta questão colocada pelo mesmo autarca da Assembleia, informando que foi equacionada a questão sob o prisma da dúvida quanto à conclusão pela afirmação da existência de dívida em termos financeiros, tendo-se optado por não prever a conta respetiva, no que foi contraditado por **Joaquim Cabeça** que reiterou a defesa do seu entendimento de ser preferível a opção técnica oposta à, a final, considerada pela maioria do executivo municipal. Ao que interveio o **Presidente da Câmara Municipal** para reforçar que a dúvida em discussão foi suscitada após intervenção do vereador municipal José Rodrigues da Avó, tendo sido pedida assessoria do Revisor Oficial de Contas do Município, o qual afirmou a correção da opção técnica feita, o que se seguiu. E pediu que o mesmo Revisor Oficial de Contas presente pudesse usar da palavra na sessão, o que foi concedido, tendo este clarificado que o município, sendo um organismo estadual, segue as recomendações técnicas que aconselham à não constituição de provisões para dívidas do Estado. Mais, esclareceu quanto ao inventário dos bens municipais que existe o controlo sobre os bens físicos, sendo que há bens valorizados a zero euros o que não deve perdurar, porque cada um desses bens tem um valor intrínseco ao momento da data da sua aquisição, compreendendo que o trabalho efetivo de inventariação significaria, no atual contexto de gestão financeira, mais um encargo financeiro para a autarquia. Transmitiu que Benavente é um município cujo limite de endividamento líquido importava, no ano de dois mil e onze, mais de doze milhões de euros e que atualmente se situa em cerca de dois milhões e novecentos mil euros, significando que aquele limite foi reduzido, num ano, para dez por cento, assinalando, no entanto, a saúde das contas municipais e afirmando que caso em dois mil e onze se tivesse mantido a situação económica nacional que vinha de antes, o município alcançaria o pagamento integral da sua dívida nos próximos cinco anos, já que estava a conseguir amortizações anuais de cerca de seiscentos mil euros numa dívida bancária que ronda valores globais na ordem dos três milhões de euros. Notou, ainda, a recente legislação nacional que resulta na retenção de cinco por cento da receita municipal do Imposto Municipal Sobre Imóveis, com efeitos retroativos, informando quanto às diligências que estavam a ser

tomadas no sentido de ser possível legislar-se por forma aos municípios, em face das novas avaliações prediais, verificarem um acréscimo de receita nos anos seguintes, o que significaria um benefício concreto. Apontou, ainda, a apresentação de um saldo positivo no quadro da cobertura de receitas e de despesas, e de uma poupança corrente de cerca de seiscentos mil euros e que as contas municipais em nada contribuíram para a situação difícil do país em termos económicos. Apresentou a recomendação de votação favorável unânime.

— Voltou a usar da palavra o **Presidente do Executivo Municipal** para responder a **Joaquim Cabeça**, indicando de novo as taxas de execução aludidas e reiterando que as mesmas significam, no atual contexto nacional, um grande êxito, estando longe de ser um resultado suficiente ou medíocre. Afirmou terem sido cumpridos os compromissos municipais prioritários, com as Juntas de Freguesias, com o associativismo local e assumidas antecipadamente as imprescindíveis medidas restritivas na realização de despesa, tendo sido a gestão municipal em grande grau afetada negativamente por condicionantes externas, alheias, impostas pelo Governo e que afetaram seriamente a autonomia na capacidade previsão própria. A **Nelson Lopes** informou que passaram para o corrente ano cerca de duzentos e oitenta e oito mil euros de pagamentos em atraso, dívidas a mais de noventa dias, sendo que o Governo está em dívida para com o Município, em mais de quatrocentos mil euros à conta de responsabilidades legais que cabem aos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social e em cerca de novecentos mil euros de atrasos nos pagamentos dos investimentos municipais que mereceram aprovação em sede do Quadro de Referência Estratégico Nacional, o que afirmou como profundamente lamentável, ainda, sobremaneira, quando está em vigor a Lei dos Compromissos que responsabiliza legalmente, em todos os domínios, os políticos que a não cumpram, aguardando a responsabilização de todos os incumpridores, autarcas e, também, ministros devedores do município, nomeadamente o da Educação e o da Solidariedade e Segurança Social.

— **Culminada a discussão do assunto do presente ponto da ordem do dia foi o mesmo sujeito a votação e foi aprovado, por maioria, com nove abstenções, dos autarcas do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e com os votos a favor dos eleitos da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, treze votos.** —

— **PONTO TRÊS - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012 - Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do artigo**

**quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que as propostas em discussão tratam de introduzir o saldo transitado do exercício financeiro anterior e distribuí-lo pelas rubricas da despesa, reforçando-se a viação rural, a infraestruturização dos acessos ao novo hospital de Vila Franca de Xira e a rubrica relativa à comparticipação municipal na construção da Nova Creche de Benavente. Colocou-se à disposição dos autarcas para esclarecimentos. \_\_\_\_\_

— **Não houve intervenções, tendo o ponto sido posto a votação e aprovado por maioria, registando-se cinco abstenções dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** \_\_\_\_\_

— **PONTO QUATRO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIDADE DE ACESSO EM ALTA VELOCIDADE DE INTERNET -** **Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro:**

— Na explicitação do assunto o **Presidente do Executivo** remeteu para a documentação de suporte e ressaltou a aprovação unânime em sede da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

— **Não houve intervenções, tendo o ponto sido posto a votação e aprovado por unanimidade.** \_\_\_\_\_

— **PONTO CINCO - PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO / RELATÓRIO FINAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 105.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO -** **Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei número 5-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro:** \_\_\_\_\_

— **Ana Carla Gonçalves**, apresentou **escusa de discussão e votação** do presente ponto da ordem do dia, **pelo que o plenário passou a funcionar com vinte autarcas.** \_\_\_\_\_

— O **Presidente do Executivo Municipal** esclareceu que se trata do retorno de uma proposta de alteração ao regulamento municipal em causa à Assembleia, para decisão final, respeitante à previsão da possibilidade de antecipação do pagamento de subsídios ao associativismo local. \_\_\_\_\_

— **Não houve intervenções, tendo o ponto sido posto a votação e aprovado por unanimidade.** \_\_\_\_\_



— PUNTO SEIS - REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE A GESTÃO, A UTILIZAÇÃO E A CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS / RETIFICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 148º DO C.P.A. – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei número 5-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro: \_\_\_\_\_

— Ana Carla Gonçalves, apresentou escusa de discussão e votação do presente ponto da ordem do dia, pelo que o plenário passou a funcionar com vinte autarcas. \_\_\_\_\_

— O Presidente do Executivo Municipal referiu estar em causa a necessidade da retificação de um erro lapso de escrita da letra de um dos normativos regulamentares, devidamente identificado na documentação e suporte. \_\_\_\_\_

— Não houve intervenções, tendo o ponto sido posto a votação e aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

— PUNTO SETE - PROJETO DE REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE/RELATÓRIO FINAL – ARTIGO 105.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei número 5-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro: \_\_\_\_\_

— O Presidente do Executivo Municipal referiu-se ao projeto de regulamento municipal em termos breves, remetendo para a documentação de suporte. \_\_\_\_\_

— Não houve intervenções, tendo o ponto sido posto a votação e aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

— PUNTO OITO - CONCURSOS CCE-CIMLT – CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE DADOS DE VOZ MÓVEIS – ACORDO QUADRO – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO - Apreciação e aprovação, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro: \_\_\_\_\_

— O Presidente da Câmara Municipal explicou as economias de escala alcançadas com o enquadramento na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do

Tejo em sede de determinada contratação pública, cabendo aos Municípios associados deliberarem conforme o agora solicitado ao órgão municipal, implicando a redução em cinquenta por cento dos custos. \_\_\_\_\_

— **Não houve intervenções, tendo o ponto sido posto a votação e aprovado por unanimidade.** \_\_\_\_\_

— **PONTO NOVE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DA TAUROMAQUIA COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL – Apreciação e aprovação, nos termos da alínea r) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei número 5-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que, como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, participou na reunião dos municípios que integram a secção tauromáquica e que deliberaram, alcançando a necessidade dos órgãos municipais deliberarem a propósito. Ressaltou a excelência do trabalho da Chefe da Divisão Municipal de Cultura na composição da fundamentação de fundo da declaração ora solicitada, o que implicou uma busca intensa nos arquivos municipais. Assinalou que o presente ponto, na Câmara Municipal, alcançou a unanimidade. \_\_\_\_\_

— **José Pastoria**, em nome da bancada da Coligação Democrática Unitária, congratulou-se com a aprovação da Tauromaquia como Património Cultural Imaterial. Afirmou que num momento em que são vários os movimentos que tentam colocar em causa uma das principais identidades do nosso país, e principalmente da nossa região e do nosso município, esta declaração ganha principal importância, pois é proposta pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, pela secção de Municípios com Atividades Taurinas, da qual Benavente faz parte, juntamente com mais trinta e oito municípios das mais variadas regiões do nosso país. \_\_\_\_\_

— Defendeu que com esta aprovação defende-se a nossa história, a nossa cultura e os nossos valores que estão intimamente ligados à festa brava. Referiu que, historicamente, a tauromaquia está presente na vida dos nossos antepassados desde sempre, no século dezasseis já existem referências históricas à tauromaquia no nosso município, sendo os toiros de lide utilizados não apenas para os festivais tauromáquicos, mas também depois de amansados, na lavoura das terras agrícolas. \_\_\_\_\_

— Disse que a riqueza que a tauromaquia tem culturalmente no nosso município é demonstrada com a importância que ainda hoje têm as suas manifestações populares, qualquer que seja a festa em qualquer uma das nossas freguesias, o toiro bravo é rei, mas não o é sozinho, o cavalo o

campino, os cabrestos e os lavradores são as principais figuras das nossas principais demonstrações culturais. \_\_\_\_\_

— Afirmou que estas manifestações permitem que a nossa identidade perdure e seja reconhecida e identificada por todos, pois no mundo não há igual. E que a riqueza que a tauromaquia nos dá não se limita a questões culturais e históricas, pois que a nível económico esta demonstração cultural é um potenciador do comércio local e dos produtos produzidos no nosso município. \_\_\_\_\_

— Notou que as festas que oferecemos a quem nos visita, como a festa da sardinha assada de Benavente, a semana taurina de Samora Correia e as restantes festas que se organizam nas várias freguesias do município permitem que sejam milhares os visitantes, que promovem o desenvolvimento económico e turístico local e que levam o bom nome da nossa terra e da nossa maneira de receber para todos os pontos do país e do mundo. \_\_\_\_\_

— Defendeu que, ao contrário do que muitos movimentos anti taurinos argumentam, a criação do toiro bravo, permite um desenvolvimento ambiental com um valor incalculável, pois os milhares de hectares que estão exclusivamente destinados à criação do toiro são áreas protegidas para o crescimento de todo um ecossistema. Pois estas áreas estão a salvo de especulação imobiliária, estão a salvo da presença de caçadores, estão a salvo do abatimento de árvores para a produção agrícola., porque onde existem toiros bravos, não pode existir mais nada, são as verdadeiras zonas selvagens que são preservadas pela existência desta manifestação cultural. \_\_\_\_\_

— E, com orgulho, afirmou que o concelho de Benavente é o local onde existem mais ganadarias, só este facto demonstra a riqueza que a festa brava tem para o nosso município. E que ao contrário daquilo que é afirmado por muitos falsos defensores do toiro bravo, que se manifestam em Lisboa, quem ama mais este animal são aqueles que todos os dias do ano, sem férias ou fins de semana se levantam de madrugada com o objetivo de dar comida, tratar e lidar com o toiro bravo, são aqueles que arriscam a vida para salvar um bezerro que se encontra preso num arame, são aqueles que não dormem porque o gado tem que ser transferido para outros locais por causa das cheias. A estes prestou homenagem sentida. Aos amantes da nossa cultura pediu que a defendam como ela merece que seja defendida, sem cores partidárias, sem interesses pessoais, sem intenções de protagonismo. \_\_\_\_\_

— Concluiu afirmando que a festa brava precisa que a defendam, e cabe aos eleitos na Assembleia Municipal de Benavente estar na primeira linha da sua defesa. \_\_\_\_\_

— **Nelson Lopes** considerou dever-se aproveitar esta oportunidade para rentabilizar o Touro Bravo enquanto fenómeno de desenvolvimento económico

do concelho, porque temos as melhores ganadarias, a melhor do Mundo – Palhas, as principais coudelarias, matadores, forcados, cujo relevância não pode ser menosprezada. Está em causa uma atividade que é apelativa para centenas de pessoas, pelo que se deveria associar a gastronomia local, a atividade turística, sendo uma mais-valia cultural e económica. Destacou o trabalho de fundo levado a cabo na composição do documento em apreciação, louvando a Dra. Cristina Gonçalves e toda a sua equipa. \_\_\_\_\_

— **Ricardo Oliveira** disse que os autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata concordam com o teor do documento, afirmando que o mesmo vem no seguimento do que a Assembleia Municipal já aprovou há cerca de um ano atrás, mediante a aprovação de Moção, proposta, então, por aqueles autarcas. \_\_\_\_\_

— **Posto o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção da autarca Dora Morgado, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, que fez declaração de voto,** afirmando que assim votou pelo seu voto não ser decisivo no sentido da aprovação do presente ponto da ordem do dia, assumindo, assim, uma posição de coerência com a tomada de posição que sempre têm defendido a propósito dos assuntos tauromáquicos, afirmando estar em causa uma tradição local que, contudo, não é a sua, não se identificando com os valores culturais em causa, compreendendo-a e respeitando-a, mas a ela não aderindo. \_\_\_\_\_

— **PONTO DEZ – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** transmitiu a **situação financeira atual do município**, indicando as taxas de execução da receita e da despesa, respetivamente, de pouco mais de vinte de dois por cento e de vinte e seis e meio por cento, indicando que serão ultrapassadas já em maio com o recebimento das transferências relativas à receita do Imposto Municipal Sobre Imóveis. Indicou, também, a taxa atual de execução das grandes opções do plano situando-a em pouco mais de vinte e três por cento. Informou o plenário quanto ao atual ponto de situação do **processo de Revisão do Plano Diretor Municipal**, afirmando estar em fase conclusiva, e que o processo estagnou no momento de transição de governos nacionais, momento difícil, tendo sido recentemente assumido compromisso pelo novo Presidente novo instituído público que se seguiu à anterior Agência Portuguesa do Ambiente, de retomar com prioridade o processo, tendendo à revisão da posição da entidade pública

que entende justificar-se em face da verificada caducidade das medidas preventivas estabelecidas em função do projeto nacional de construção do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa o qual está suspenso. Entretanto, ao houve notícias que seria o projeto ressuscitado, sendo intenção do atual Governo fixar legalmente novas mediadas preventivas, o que considerou injustificável, sem qualquer razão de ser, e assim, questionou diretamente o Secretário de Estado responsável, o qual lhe assegurou o contrário, afirmando-lhe que iria interceder junto do novo instituto público, esperando uma rápida resposta. Isto para se passar à fase seguinte do processo, tratando com a Comissão Nacional da Reserva Agrícola Nacional, a rejeição de certas bolsas agrícolas propostas, num espírito de colaboração e contraproposta com a apresentação de sujeição a tal reserva legal de mais de mil e quinhentos hectares.

— Pede que usasse da palavra para esclarecimento do processo de instalação e funcionamento do **Conselho Municipal de Segurança**, o **vereador municipal responsável, Miguel Cardia**, o qual esclareceu que regulamento provisório que emanou da Assembleia Municipal foi aprovado na última reunião do órgão consultivo municipal, por unanimidade, e que será de agendar nova reunião na melhor oportunidade.

— E, o **Presidente do Executivo Municipal** colocou-se à disposição dos autarcas para qualquer esclarecimento adicional à informação escrita e verbal prestada.

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto, os autarcas **Ricardo Oliveira e Nelson Lopes**.

— **Ricardo Oliveira** transmitiu a ocorrência de assalto à caixa multibanco do Centro Social dos Foros de Almada e solicitou informação quanto aos processos de acionamento dos seguros existentes e se existe previsão para reposição do equipamento de importante utilidade para a população local.

— **Nelson Lopes** destacou a relevância da prática desportiva local, evidenciando o crescimento do número de praticantes de todas as modalidades e reportando-se em concreto ao sucesso de iniciativa inserida nas Comemorações do Foral de Samora Correia com elevada participação, os poucos recursos financeiros disponíveis, o envolvimento dos técnicos municipais e do apoio logístico municipal sempre concedido ao associativismo local, realçando o salutar espírito de colaboração. Apontou como meritorias as iniciativas de criação de bolsas de manuais escolares nos estabelecimentos de ensino do município, o que irá ajudar os mais necessitados e fomentar os laços de solidariedade que em tempos difíceis devem unir todos os agentes das comunidades escolares e da comunidade social. Deixou uma palavra de reconhecimento, solidariedade e incentivo aos funcionários públicos, em

especial aos do município, que vivenciam situação difícil, sobrecarregados com as medidas de austeridade governamentais que os afetam na sua vida quotidiana de trabalho e familiar, considerando que a poupança de recurso financeiros não pode significar a discriminação das pessoas e a sua morte indigna, reportando-se aos exemplos antes dados de doentes oncológicos do município que aguardavam a resposta aos seus pedidos de aposentação e entretanto faleceram.

— **A este passo o Presidente da Mesa, por serem zero horas do dia vinte e oito de dois mil e doze, solicitou, nos termos legais e regulamentares aplicáveis, autorização ao plenário para continuação dos trabalhos, a qual foi obtida por consenso.**

— O **Presidente da Câmara Municipal** passou a responder aos **intervenientes**, esclarecendo que será repostos o equipamento de multibanco o mais rapidamente possível, que foram acionados os seguros existentes, não havendo prazo de previsão para a reposição, verificando-se um acompanhamento próximo da situação.

— Após o que o **Presidente da Assembleia** dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, **deu por terminada a discussão da Ordem do Dia e anunciou a votação das minutas das deliberações dos Pontos Dois a Nove, da Ordem de Trabalhos, que foram aprovadas, por unanimidade.**

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às zero horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de dois mil e doze, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente **Ata, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade**, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal.

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária